

Ilustríssimo **Pregoeiro Oficial** DA Prefeitura Municipal de Vitória – Estado do Espírito Santo – Secretaria Municipal de gestão e Planejamento – SEGES – Central de Licitações, Compras e Contratos.

Referência: Edital de Pregão Eletrônico Nº 172/2021

Objeto: Serviço de Manutenção de Áreas Verdes

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

(Impugnação ao Edital de Licitação)

LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 34.422.403/0001-40, com sede a Rua João Pessoa de Mattos, 530 – Praia da Costa – Vila Velha – ES – Cep Nº 20.101-115 - Edifício Premium Office Tower onde recebe citações e intimações, neste ato representada pelo Senhor **UESLEY SÍLVIO MEDEIROS**, representante legal da empresa (*1) aqui qualificada como **IMPUGNANTE** vem na forma da Legislação Vigente em conformidade com o Decreto 10.024/2019, artigo 24 cc com o item 6.1 do Edital de Licitação impetrar a devida **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** ao Edital de Licitação supracitado, com base nos fatos e fundamentos que passa a descrever:

(*1) Estatuto Social, e/ou Procuração em anexo.

1 – Das considerações iniciais de DIREITO:

1.1 - Ilustre Pregoeiro e Senhores membros da comissão de pregão.

1.2 - O respeitável julgamento desta **Impugnação Administrativa** aqui apresentada recai neste momento para a responsabilidade desta Douta Comissão de Pregão, o qual a **IMPUGNANTE** confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão evitando assim a busca pelo Poder Judiciário para a devida apreciação deste Processo Administrativo onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

2 – Do direito pleno ao Pedido de Impugnação:

2.1 - A **IMPUGNANTE** faz constar o seu pleno direito jurídico a **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** ao Edital de Licitação e as normas vigentes por contrariar os princípios basilares da legislação vigente:

2.4 - Do direito a Impugnação Administrativa

Edital de Licitação

DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO

Edital de Licitação

6.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico do provedor indicado neste edital.

Decreto Federal 10.024/2019

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3 – Da Impugnação Administrativa – Fatos e Fundamentos

3.1 – Ilustre Pregoeiro e equipe de apoio a **IMPUGNANTE** passa a discorrer os motivos que justificam a apresentação da presente impugnação.

3.2 – O Edital de Licitação em referência tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, conforme especificações e detalhamento dos itens licitados e respectivos quantitativos.

3.3 – Acontece que o Edital de Licitação traz **EXIGÊNCIAS** que merecem ser analisadas, pois imprimem um entendimento dúbio, afastam a segurança jurídica do presente processo e ainda a segurança na contratação por parte da Administração Pública.

3.4 – Diante o exposto passamos aos apontamentos:

Primeiro Apontamento

3.5 - O presente edital de licitação traz em seu preâmbulo o seguinte:

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por meio da Equipe de Pregão da Central de Licitações, Compras e Contratos, designada pela Portaria(s) nº 165/2020, de 01/12/2020, publicada em 04/12/2020, nº 021/2021 de 23/02/2021, publicada em 25/02/2021 e Portaria da Controladoria Geral do Município nº 013/2021, de 11/05/2021, publicada em 12/05/2021, com **fulcro na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 6.928, de 18/05/2007, Decreto Municipal nº 17.959/2019 de 20/12/2019, o Decreto Municipal nº 16.522, de 16/11/2015 e, subsidiariamente,**

a **Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações**, bem como **demaís legislações aplicáveis à matéria** e, de acordo com o disposto no presente Edital, quadro resumo e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO, forma ELETRÔNICA**. O Edital encontra-se disponível no site portaldecompras.vitoria.es.gov.br, bem como na página do provedor www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.6 – Nota-se que no item 7.2.D o Edital referência a seguinte exigência:

d) Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º **do art. 26 do decreto 10.024/2019.**

3.7 – Desta forma nota-se a presença de exigência com base no **Decreto Federal Nº 10.024/2019** (Decreto Federal que regulamenta o pregão eletrônico), porém o referido Decreto não está destacado no preâmbulo do Edital de Licitação, sendo que toda a forma de cadastro e participação na licitação estão suportados pelo referido Decreto.

3.8 – A Lei Geral de Licitação Nº 8.666/1993 obriga:

Art. 40. O edital **conterá no preâmbulo** o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, **a menção de que será regida por esta Lei**, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

3.9 - Nota-se claramente que não foi evidenciado no PREAMBULO a utilização do Decreto Federal Nº 10.024/2019, e ainda a justificativa da autoaplicabilidade do referido decreto frente a não normatização as novas regras pelo município de Vitória-ES, fato que a obrigatoriedade da utilização do Decreto Federal Nº 10.024/2019 recai somente as verbas de transferência voluntária.

3.10 – Assim se faz necessário o destaque no **PREÂMBULO** da utilização do Decreto Federal Nº 10.024/2019 que somente é destacado no item 7.2.D do Edital, porém suas regras são utilizadas sem qualquer que seja a referência ao aludido Decreto Federal, sem sequer constar como norma no PREAMBULO do Edital.

3.11 – Oportuno registrar que o Licitante se guia pelas normas impressas no **PREAMBULO**, em especial as NORMAS que vão ditar as regras para a devida participação no presente processo de licitação.

Segundo Apontamento

3.12 - O presente Edital de Licitação em seu item 9.3.5.4 traz a seguinte exigência:

9.3.5.4. As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, **no mínimo de 5% (cinco por cento) do valor ESTIMADO** para o período de 12 (doze) meses de contratação, **perfazendo o valor mínimo de R\$ 1.953.727,66 (um milhão novecentos e cinquenta e três mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos)**, conforme determina a Lei nº 8666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

3.13 – Analisando a exigência supracitada teríamos um valor estimado de R\$ 39.074.633,20 (trinta e nove milhões setenta e quatro mil seiscentos e trinta e três reais e vinte centavos), que resultaria no montante auferido no mínimo de 5% (cinco) por cento do valor estimado em **R\$ 1.953.727,66 (um milhão novecentos e cinquenta e três mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos)**.

3.14 – Ao revés da informação presente no item 9.3.5.4, o item 10.1 do Termo de Referência (página 07) do referido Edital traz a seguinte exigência:

10.1. As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices contábeis, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo a aproximadamente **5% (cinco por cento) do valor estimado para o período de 12 (doze) meses da contratação, perfazendo o valor mínimo de R\$ 2.023.398,04**, conforme determina a Lei nº 8666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

3.15 - Analisando a exigência supracitada teríamos um valor estimado de **R\$ 40.467.960,80 (quarenta milhões quatrocentos e sessenta e sete mil novecentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, que resultaria no montante auferido no mínimo de 5% (cinco) por cento do valor estimado em **R\$ 2.023.398,04 (dois milhões vinte e três mil trezentos e noventa e oito reais e quatro centavos)**, exigência esta divergente do que está impresso no item 9.3.5.4.

3.16 – Diante o exposto temos impresso no edital uma exigência dúbia que pode conduzir o licitante ao erro, sendo este prejudicado pela dubiedade e subjetividade da exigência impressa no item 9.3.5.4 do Edital e no Item 10.1 do Termo de Referência.

Terceiro Apontamento

3.17 – Ilustre Pregoeiro o Edital de Licitação traz em seu preâmbulo a utilização da Lei nº 123/2006 que gera o benefício direto as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, porém é necessário fazer algumas ressalvas a respeito da utilização de tal benefício.

3.18 – A presente licitação esta estimada em valor superior a R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões) de reais, valor este 8 vezes superior ao valor limite para enquadramento de uma empresa na condição de Empresa de Pequeno Porte, sendo este benefício um fator de desigualdade frente a competitividade de empresas de médio e grande porte.

3.19 – Destacamos o que diz o Decreto Federal Nº 8.538/2015

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte **não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;**

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput , **considera-se não vantajosa a contratação quando:**

I - **resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;** ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra **for incompatível com a aplicação dos benefícios.**

3.20 – Diante o exposto o Decreto Federal Nº 8.538/2015 visando garantir a segurança na contratação já deixa claro que o tratamento deixa de ser vantajoso quando a contratação resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

3.21 – Desta forma tal tratamento fere a ISONOMIA diretamente frente a um benefício desproporcional, visto que a licitação alcança quase R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), valor este que envolve ainda um lastro financeiro para sua execução, lastro este que empresas de pequeno porte não suportam colocando em xeque a contratação.

3.23 – E dever do Administrador Publico zelar pela eficiência e eficácia da contratação, não podendo ser dado a este processo os benefícios previstos no tem 8.20 (desempate ficto) e 9.3.87 (prazo para regularização de documentos).

3.24 – Ainda assim estudando o edital de forma meritória encontramos outro erro que necessita de correção impresso no item 14.1 – Anexo I do Termo de Referência:

14.1. Mediante previa e expressa autorização da CONTRATANTE, a CONTRATADA, **poderá subcontratar pare do objeto licitado, observado o limite de 30% (trinta) por cento do valor do contrato.**

3.25 – Ilustre Pregoeiro a permissão de subcontratação de 30% (trinta por cento) do valor do contrato deverá ser direcionada a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e não de forma genérica como impresso no edital.

3.26 – Vejamos a correta utilização da Lei 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015 que regulamenta os benefícios as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

Lei N/ 123/2006

Art. 48. **Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:**

[..]

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, **exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte**.

Decreto Federal Nº 8.538/2015

Art. 7º Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e as **entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte**, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação;

II - que as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

3.26 – Diante o exposto Ilustre Pregoeiro existe um equivoco na concessão do benefício a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, pois da forma que apresentamos o benefício somente deverá ser concedido a subcontratação e não ao empate ficto e a participação com documentos irregulares com prazo de 05(cinco) dias uteis para regularização.

3.27 – Outro fator que merece atenção ainda é constar no edital previsão de licitantes que se enquadrem como Microempreendedor Individual (MEI) na forma no item 7.2.1.1.

7.2.1.1. Os licitantes que se enquadrarem como Microempreendedor Individual – MEI, deverão se cadastrar no sistema provedor como segmento Microempresa, para fins de obtenção dos benefícios respectivos.

3.28 – Ilustre Pregoeiro um MEI está limitado a faturamento de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) mensais, R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) anuais, não podendo o presente edital sequer permitir sua participação.

3.29 – O MEI está limitado a ter 01 (um) único funcionário, necessidade de contratação divergente do objeto da licitação.

3.30 – Oportuno ainda registrar que a Nova Lei de Licitação Nº 14.133/2021 trouxe impresso a vedação direta de aplicação de benefícios a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em licitação cujo valor esteja superior ao limite máximo de faturamento da Empresa de Pequeno de Porte.

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo **não são aplicadas:**

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.31 – Desta forma primando pelo aprimoramento da norma a licitação esta estimada em aproximadamente **R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais)** valor este que corresponde a 8 vezes o faturamento de uma empresa de pequeno porte.

3.32 – Destarte ainda imprimir que a contratação de uma empresa de pequeno porte ou uma micro empresas afastam da administração a segurança, a vantagem na contratação, tendo em vista a responsabilidade financeira para execução do referido contrato.

3.33 – Desta forma não localizamos no Edital de Licitação, nem mesmo no termo de referência qualquer justificativa plausível para manter os benefícios as microempresas e empresas de pequeno porte, e ainda o MEI, também previsto como participante da licitação.

3.34 – Oportuno registrar que a presente licitação tem por objeto uma contratação de vulto considerável, o qual o Administrador Público na preparação do Estudo Técnico Preliminar deve se atentar a todos os riscos contratuais, em especial o perfil da empresa a ser contratada, e ainda exigência compatível com a complexidade e o valor a ser contratado.

3.35 – Destacamos o que está previsto no Artigo 49 da Lei Complementar Nº 123/2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

3.36 – Assim vislumbramos justificativa jurídica clara em que não aplicará os benefícios com o único objetivo de proteger a Supremacia do Interesse Público, eis que não aplicará a contratação diferenciada quando gerar **efeitos negativos tornando-a lesiva para a Administração Pública**. Dentre a lesividade vislumbra-se a **onerosidade excessiva da licitação ou então prejuízo ao conjunto do objeto licitado**, como por exemplo a divisão de cotas em objeto divisível que resulte em prejuízo ou subcontratação que desnature a identidade e funcionalidade do objeto.

3.37 – Em outras palavras Ilustre Pregoeiro o valor do contrato é muito maior do que uma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e MEI podem suportar. Não estamos aqui licitando uma loteria de oportunidade e sim responsabilidade de execução de um contrato do aporte de R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) que a concessão do benefício gera diretamente a quebra do princípio da isonomia, da igualdade frente a licitantes de médio e grande porte.

Quarto Apontamento

3.38 – Ilustre Pregoeiro o Edital de Licitação tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES estando impresso a seguinte exigência em seu item 9.3.4:

9.3.4.1. Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. **CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** ou outra entidade profissional competente, expedida pelo referido Conselho da região da sede da licitante, com indicação do respectivo responsável técnico devidamente habilitado para o desempenho dos serviços ora licitados;

II. **CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL, detentor da Certidão de Acervo Técnico, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outra entidade profissional competente;**

[...]

IV. **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO do(s) profissional(is) responsável(is),** indicando suas atribuições para a execução dos serviços, de acordo com o objeto da licitação. A CAT deverá estar acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica, caso não se refira ao documento apresentado para atendimento à qualificação técnica-operacional

[..]

Caso o responsável técnico não esteja mencionado na **Certidão de Registro da Empresa, a empresa vencedora deverá comprovar o vínculo empregatício com o profissional mencionado na documentação da CAT, quando da assinatura do contrato, através da apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), da ficha de registro de empregados e/ou contrato de prestação de serviços**, (no caso de algum profissional ser sócio da empresa, não é necessário apresentar comprovação de vínculo, o que se dará pelo próprio contrato social), conforme o caso;

3.39 – Diante o exposto Ilustre Pregoeiro o referido serviço não pode ser enquadrado para a modalidade de Pregão, em especial o Pregão Eletrônico, o qual passamos as seguintes fundamentações de direito.

3.40 – O próprio Decreto Nº 10.024/2019 que regulamenta o Pregão Eletrônico diz

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

3.41 – Analisando o Termo de Referência do presente Edital de Licitação temos o seguinte:

2.1 O serviço de Manutenção de Áreas Verdes compreende o fornecimento de toda a **mão de obra, materiais, veículos, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços rotineiros para manutenção e reforma das áreas ajardinadas e arborizadas de Vitória**, assim entendidas seus respectivos **canteiros ornamentais e de forração, gramados, arbustos, árvores isoladas ou em bosques localizadas nas áreas verdes de uso público do município de Vitória.**

2.2. Compreende a execução de todos os serviços de **produção de mudas, jardinagem e arborização necessários, incluindo o corte de grama, poda de vegetais, corte e remoção de árvores, refilamento, coroamento, abertura e manutenção de aceiros e trilhas, correção do PH do solo, adubação química e orgânica, revolvimento manual e substituição do solo em áreas ajardinadas para o preparo de canteiro e de leiras de produção de mudas, reforma de canteiros e jardins, reposição de mudas, plantio e replantio, irrigação, pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais e outros serviços correlatos, eventuais extermínio e remoção cupinzeiros, vespeiros, colmeias e formigueiros, tratamento fitossanitário em geral (controle de pragas, doenças e dendrocirurgia)**, todos estes a serem executados com instrumental de trabalho adequado e estritamente de acordo com os preceitos da boa técnica. Os serviços a serem executados ocorrerão estritamente de acordo com as determinações técnicas da Contratante.

Este documento foi assinado digitalmente por Uesley Silvio Medeiros.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EC22-FE0B-751E-EED7.

3.42 – Nota-se claramente a presença de serviços técnicos com responsabilidade profissional o qual destacamos como exemplo impressos no item 2.2 do Termo de Referência:

2.2. Compreende a execução de todos os serviços de produção de mudas, jardinagem e arborização necessários, incluindo o corte de grama, poda de vegetais, corte e remoção de árvores, refilamento, coroamento, abertura e manutenção de aceiros e trilhas, correção do PH do solo, adubação química e orgânica, revolvimento manual e substituição do solo em áreas ajardinadas para o preparo de canteiro e de leiras de produção de mudas, reforma de canteiros e jardins, reposição de mudas, plantio e replantio, irrigação, pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais e outros serviços correlatos, eventuais extermínio e remoção cupinzeiros, vespeiros, colmeias e formigueiros, tratamento fitossanitário em geral (controle de pragas, doenças e dendrocirurgia), todos estes a serem executados com instrumental de trabalho adequado e estritamente de acordo com os preceitos da boa técnica. Os serviços a serem executados ocorrerão estritamente de acordo com as determinações técnicas da Contratante.

3.43 – Desta forma o objeto do edital extravasa o que se denomina **Serviço Comum de Engenharia** e traz em seu conteúdo serviços de natureza técnica que não podem ser licitados na modalidade de Pregão.

3.44 – De toda forma analisamos o **Termo de Referência** e não consta qualquer que seja a justificativa para os serviços técnicos serem licitados com entendimento como serviços comuns os quais elidem na legalidade do presente processo de licitação pública para a modalidade de pregão.

3.45 – Diante o exposto os serviços hora licitados são de natureza técnica pois envolvem diretamente preparo de terreno, preparo de covas, preparo de canteiros, plantio, manutenção, controle de pragas, controle de doenças, controle de plantas invasoras, podas com aplicação direta de técnicas de podas, regas e irrigação, adubação orgânica e química dentre ainda o desvio de águas pluviais.

3.46 – Assim os serviços prestados não têm característica comum para serem enquadrados na modalidade de pregão e precisam ser adequados a modalidade de Concorrência Pública, modalidade hoje pertinente ao valor a ser licitado e que entrega a administração pública e aos licitantes toda a segurança jurídica necessária.

3.47 – Vale destacar que “O Plenário do CONFEA, apreciando o Relatório e Voto Fundamentado em Pedido de “Vista”, exarado pelo Conselheiro Federal Élbio Gonçalves Maich, relativo a consultas do Crea-PR solicitando esclarecimentos de quais os profissionais habilitados a efetuar poda de árvores localizadas próximo a linhas energizadas na área urbana e do Crea-ES indagando quais os profissionais habilitados a efetuar poda de árvores;

DECIDIU, por unanimidade, aprovar o Relatório e Voto Fundamentado em Pedido de “Vista”, apresentado pelo Conselheiro Federal Élbio Gonçalves Maich, o qual conclui que:

1) O profissional habilitado para se responsabilizar pela atividade de poda de árvores localizadas próximo à linhas energizadas na área urbana é o Engenheiro Agrônomo, ou Engenheiro Florestal, ou Técnico Agrícola ou Técnico Florestal, com a corresponsabilidade obrigatória de um Engenheiro Eletricista ou um Técnico em Eletricidade.

2) O profissional **habilitado para se responsabilizar pela atividade de poda de árvores é o Engenheiro Agrônomo, o Engenheiro Florestal, o Técnico Agrícola ou Técnico Florestal.**” (grifo nosso)

Esse mesmo órgão de classe normatizou, através da **Resolução nº 218/1973, as atividades dos profissionais da área de engenharia, que transcrevemos a seguir:**

Art. 5º Compete ao Engenheiro Agrônomo:

I — (...) irrigação e drenagem para fins agrícolas, fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais, zimotecnia; agropecuária; edafologia; **fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização do solo;** microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

3.48 - Com isso, comprova-se que a realização dos serviços elencados no Pregão em comento exige **atividade intelectual**, específica e complexa por parte de seus executores, não se tratando, portanto, **de serviços padronizáveis**, acabando por repelir o conceito de especificações usuais no mercado estabelecido no artigo 1º, da Lei nº 10.520/02.

3.49 - Nesse sentido, o Plenário do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) aprovou, em 03 de dezembro de 2012, a Decisão PL-2467/2012, por meio da qual definiu que

“os serviços de engenharia que exijam habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a obrigatoriedade de participação de um engenheiro e emissão da devida ART - Anotação de responsabilidade Técnica perante o Crea, não podem ser classificados como comuns e, portanto, não podem ser licitados por pregão, ou seja, os serviços de engenharia que demandam a

execução ou supervisão por profissional legalmente habilitado não podem ser enquadrados no gênero 'comum' **porque são de natureza intelectual, científica e técnica, fatores que resultam em ampla complexidade executiva**".

3.50 - Nessa mesma esteira, Marçal Justen Filho explica que:

bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível a qualquer tempo, num mercado próprio.

Bem por isso, **a regra é que obras e serviços de engenharia não se enquadrem no âmbito de "bens e serviços comuns"**.

3.51 - Dessa forma, o objeto do pregão supracitado, que em sua maioria se caracteriza, por atividades complexas, inviabilizaria sua contratação por meio de procedimento licitatório denominado Pregão.

3.52 – Na oportunidade informamos que o município de Vila Velha – ES e o município da Serra – ES licitaram objeto idêntico na forma de Concorrência Pública, obedecendo o devido enquadramento da modalidade.

4 – Do Devido Pedido de Direito:

4.1 - Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados e tendo convicção e certeza de que os fatos aqui apontados, explicitados e fundamentados quanto ao **Edital de Licitação** o qual se encontra com vícios de ILEGALIDADE que afatsam a vantagem, a segurança na contratação e o cumprimento do principio da ISONOMIA a **IMPUGNANTE** vem na forma da Legislação Vigente, e suas alterações, as demais normas que dispõem sobre a matéria, requerer:

- a) O devido deferimento por parte dessa douta Comissão de Pregão para a **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela **IMPUGNANTE** para que o processo de licitação seja imediatamente suspenso para as devidas adequações de direito;
- b) Que seja imediatamente **analisado** os apontamentos realizados, sendo o Edital corrigido, em especial que:
- Que seja corrigido o valor estimado da licitação, tendo em vista a informação dúbia no processo, podendo levar o licitante ao cometimento de erro no preparo de sua documentação de habilitação;
 - Que seja retirado os benefícios a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e MEI, tendo em vista o valor estimado da contratação e ainda a proteção a vantagem e segurança na contratação;
 - Que seja previsto no edital a obrigatoriedade de subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da Lei Complementar Nº 123/2006 e o Decreto Federal Nº 8.538/2015;
 - Que seja o edital revogado para a devida adequação a modalidade de Concorrência Pública tendo em vista os serviços não estarem enquadrados como serviço comum de engenharia.
 - Que seja impresso no PREAMBULO do edital toda a legislação a qual a Administração Pública e os Licitantes Participantes devem obediência.

4.2 - A **IMPUGNANTE** informa ainda que visualiza claramente com toda convicção e certeza neste Processo Administrativo seu **Direito Líquido e Certo** somados ao **Periculum Inn Mora** e informa que confia na legalidade e na responsabilidade do Ilustre Pregoeiro e os membros de apoio desta Douta Comissão de Pregão para se evitar a busca pelo poder judiciário e dos órgãos competentes de fiscalização.

4.3 – Na oportunidade informamos que estaremos protocolando cópia da presente impugnação ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para que tome conhecimento do pleito e ao CREA-ES, tendo em vista o envolvimento direto do Conselho Regional na licitação em referência.

Comprovado o descumprimento de dispositivos legais básicos na realização de certame licitatório, impõe-se a fixação de prazo para que a entidade infratora adote as providencias necessárias ao exato cumprimento da lei, procedendo à anulação do respectivo processo, sem prejuízo de determinação tendente ao aperfeiçoamento de futuras convocações.

TCU - Acórdão 2014/2007 Plenário (Sumário)

Nestes termos pede o devido **DEFERIMENTO**.

Vila Velha – ES., 20 de setembro de 2021

LICITADESIGNER SERVIÇOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

UESLEY SÍLVIO MEDEIROS

Representante Legal

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELI**

PÁGINA 1/2

MILLENY ANDRADE MEDEIROS, BRASILEIRA, SOLTEIRA, empresária, natural da cidade de Brasília – DF, data de nascimento 28/02/2001, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 3336703, expedida por SSP/DF em 25/07/2019 e CPF: nº 171.861.167-60, residente e domiciliada na cidade de Vila Velha - ES, na AVENIDA ESTUDANTE JOSE JULIO DE SOUZA, nº 1900, PRAIA DE ITAPARICA, CEP: 29102-015;

Resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL

A empresa girará sob o nome empresarial de **LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELI** e usará a expressão **LICITADESIGNER ESPECIALIZADA** como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE

A empresa terá sede e domicílio fiscal na AVENIDA Champagnat, nº 717, Centro de Vila Velha, Vila Velha - ES, CEP: 29100011.

CLÁUSULA III - DAS FILIAIS

A empresa poderá estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele, mediante alteração assinada pelo titular da empresa.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO

A empresa terá o seguinte objeto: ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTIÇA, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CNAE Nº 6911-7/02 - Atividades auxiliares da justiça

CNAE Nº 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CNAE Nº 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CLÁUSULA V - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciará suas atividades em 25/07/2019 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VI - DO CAPITAL

O capital será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por uma única quota de igual valor nominal, totalmente integralizada neste ato, em moeda corrente do País.

CLÁUSULA VII - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida por, **MILLENY ANDRADE MEDEIROS**, com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, autorizado o uso do nome empresarial, sempre no interesse da empresa, ficando vedado, entretanto, em negócios estranhos aos fins sociais em assuntos de interesse da empresa, podendo assinar quaisquer documentos de comum acordo em todos os órgãos públicos, contrair empréstimos em estabelecimentos bancários.

CLÁUSULA VIII - DO EXERCÍCIO EMPRESARIAL

O exercício empresarial será coincidente com o ano-calendário e a todo dia 31 de Dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão suportados pelo titular de acordo com o capital, na forma prevista do artigo 1.065 do Código Civil.

CLÁUSULA IX - DA DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI

O titular **MILLENY ANDRADE MEDEIROS** declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa nesta modalidade.

CLÁUSULA X - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/08/2019 07:58 SOB Nº 32600266865.
PROTOCOLO: 192370847 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903540626. NIRE: 32600266865.
LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELI



Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 05/08/2019
www.simplifica.es.gov.br

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELI**

PÁGINA 2/2

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


CLÁUSULA XI - FORO

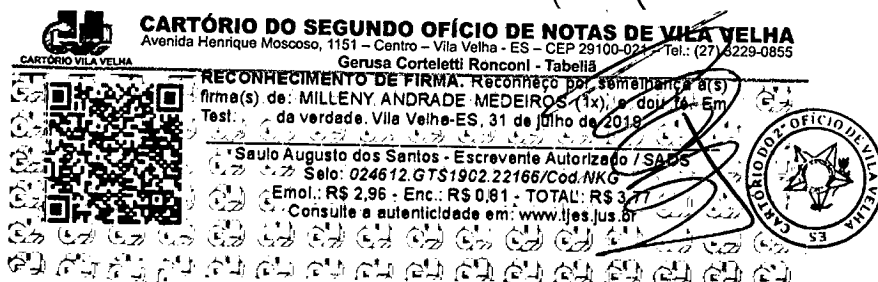
Fica eleito o Foro da Comarca de Vila Velha - ES, para qualquer ação fundada neste ato constitutivo, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estar assim constituído, assino o presente instrumento particular que foi lavrado em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Vila Velha - ES, 25 de julho de 2019

Cartório do 2º Ofício de
Vila Velha ES


MILLENY ANDRADE MEDEIROS
Titular/Administrador



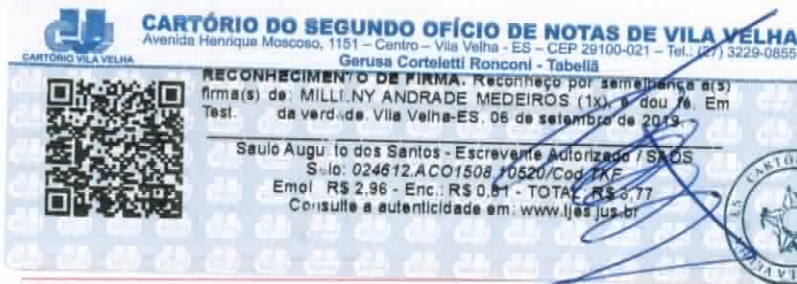
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/08/2019 07:58 SOB Nº 32600266865.
PROTOCOLO: 192370847 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903540626. NIRE: 32600266865.
LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELI



Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 05/08/2019
www.simplifica.es.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Uesley Silvio Medeiros.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EC22-FE0B-751E-EED7.
A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento foi assinado digitalmente por Uesley Silvio Medeiros.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EC22-FE0B-751E-EED7.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE POROCURAÇÃO

LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Pessoa de Mattos, 530 - Salas Nº 401 e 402, Edifício Premium Office Tower – Praia da Costa – Vila Velha - ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.422.403/0001-40 neste ato representada por sua Diretora Proprietária Sra. **Milleny Andrade Medeiros**, brasileira, solteira, portadora do RG Nº 3.336.703-SSP-DF, residente e domiciliada a Avenida Estudante José Júlio de Souza, 1900 – Apt. 1501 B, Praia de Itaparica – Vila Velha – ES, Cep Nº 29.102-010 vem por meio desta **OUTORGAR** os devidos poderes ao Senhor **UESLEY SÍLVIO MEDEIROS**, portador do RG Nº 1.138.917-SSP-DF, CPF Nº 471.897.381-34, brasileiro, casado, consultor governamental, a quem nomeia e constitui seu bastante procurador, outorgando os devidos poderes para que possa assinar **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONTRATOS, DISTRATOS**, representar a OUTORGANTE junto a **EMPRESAS PRIVADAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS, MUNICIPAIS, FEDERAIS, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES**, enfim, praticar todos os atos necessários para o interesse da OUTORGANTE.

Na expressão da verdade firmo a presente procuração.

Vila Velha – ES., 05 de setembro de 2019

Cartório do 2º Ofício de
Vila Velha ES

LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS EIRELLI
Milleny Andrade Medeiros
RG Nº : 3.336.703 – SSP-DF
Diretora Proprietária

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EC22-FE0B-751E-EED7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EC22-FE0B-751E-EED7



Hash do Documento

29F36FEBF5EBA7F97991F316C6BD2B4C0EA7C43B424428F383B4C8EE741DB0E4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/09/2021 é(são) :

☒ Uesley Silvio Medeiros (Signatário) - 471.897.381-34 em
21/09/2021 10:34 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

